



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

074/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial.

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial**

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme o Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos na conta de ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 0,9 Milhões conforme registros efetuados no Patrimônio Líquido.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 07

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 07, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de R\$ 0,4 Milhões, sendo o valor distribuído na Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário).

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudó” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande,



Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelo efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **RG Estaleiro ERG3 S.A. Em recuperação judicial** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Contas a receber	5	-	2.706
		<u>1</u>	<u>2.707</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	2.706	-
Conta corrente entre empresas	5	1.421	1.421
		<u>4.127</u>	<u>1.421</u>
Permanente			
Propriedade para investimento	6	2.116	2.116
		<u>2.116</u>	<u>2.116</u>
Total do ativo		<u><u>6.244</u></u>	<u><u>6.244</u></u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		-	986
Parcelamento de tributos		-	9
		<u>-</u>	<u>995</u>
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	5	513	462
Credores da recuperação judicial	7	412	412
Parcelamento de tributos	8	21	-
		<u>946</u>	<u>874</u>
Patrimônio Líquido			
	9		
Capital social		757	757
Reserva legal		597	2.590
Prejuízos/Lucros acumulados		3.972	1.158
Resultado do exercício		(28)	(130)
		<u>5.298</u>	<u>4.375</u>
Total do passivo		<u><u>6.244</u></u>	<u><u>6.244</u></u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados		-	-
Impostos incidentes s/receitas		-	-
Receita operacional líquida		-	-
Custos operacionais		-	-
Lucro Bruto		-	-
Despesas administrativas	10	(26)	(127)
Prejuízo operacional		(26)	(127)
Despesas financeiras	11	(2)	(3)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(28)	(130)
Outras receitas e outras despesas	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(28)	(130)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	-	-
Lucro líquido do exercício		(28)	(130)

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	(28)	(130)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(28)</u>	<u>(130)</u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucro/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>757</u>	<u>2.590</u>	<u>(958)</u>	<u>2.389</u>
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(130)	(130)
Retorno do custo das propriedades de investimento para o ativo	-	-	2.116	2.116
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>757</u>	<u>2.590</u>	<u>1.028</u>	<u>4.375</u>
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(28)	(28)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	986	986
Transferência para prejuízos acumulados	-	(1.993)	1.993	-
Estorno da baixa para o PL do passivo de contingências tributárias	-	-	(35)	(35)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u><u>757</u></u>	<u><u>597</u></u>	<u><u>3.944</u></u>	<u><u>5.298</u></u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	(28)	(130)
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber	-	173
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	(986)	-
Obrigações fiscais	(9)	(36)
Parcelamento de tributos	21	(24)
Credores da recuperação judicial	-	-
Conta corrente entre empresas	51	17
Caixa proveniente das atividades operacionais	(923)	130
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Estorno da baixa do custo das propriedades de investimento para o PL (2019)	-	(2.116)
Caixa proveniente das atividades de investimento	-	(2.116)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes de exercícios anteriores	986	2.116
Estorno da baixa para o PL do passivo de contingências tributárias	(35)	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	951	2.116
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	1
No final do exercício	1	1
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

A RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial (“ERG3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Rio Grande, Estado de Rio Grande do Sul. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento, industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

Destaca-se que o ERG 3 ainda não possui atividade operacional, apenas a propriedade imobiliária. Não obstante, com o investimento numa estrutura de integração efetiva deste aos ERG1 e ERG2, o ERG3 pode funcionar como retroárea.

Em 16 de novembro de 2011, a RG Estaleiros S.A., companhia controladora da ERG3, firmou Contrato Preliminar com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, visando a aquisição de uma área de terras com 248.349,20 m², representada pelos módulos situados no Setor 7, especificamente 7.13 a 7.17 do Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG, que se encontram registrados na matrícula 26.665, Livro 2 – RG, do Registro de Imóveis, no Município de Rio Grande/RS. Em 06 de maio de 2014, a SDPI emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da companhia RG Estaleiros S.A como beneficiária do incentivo financeiro pela companhia RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.

Para esta área foram originalmente planejados investimentos da ordem de R\$ 70.000, para a implantação de novas instalações de processamento de aço, subfornecedores de equipamentos, prestadores de serviço, unidades de utilidades (energia elétrica e comunicações), escritórios administrativos, áreas de apoio logístico e armazenagem para fazer face à atividade operacional que se estabelece no Polo Naval de Rio Grande como resultado das atividades do pré-sal.

Em 23 de abril de 2013, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - RS, nos termos do processo nº 10854-05.67/12-6, emitiu a Licença Prévia LP nº233/2013-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas.

Em 04 de novembro de 2013, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM -I, concedeu Autorização Geral Nº 649/2013-DL para utilização da área do ERG3 como local de armazenamento temporário de material mineral e torres de concreto da linha de transmissão provenientes da área da RG Estaleiro ERG2. A solicitação foi requerida visando viabilizar a locação da área.

Em 13 de maio de 2014, a RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. (“ERG3”) firmou Contrato de Locação Comercial com a ECOVIX – Ecovix Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m² pelo prazo de 5 anos.

A área foi utilizada para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária. A remuneração desse Contrato de Locação Comercial foi paga de acordo com a área ocupada.

Em 22 de outubro de 2014, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - RS, nos termos do processo nº 10296-05-67/13-8, emitiu a Licença de Operação LO nº 786/2014-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas.

Em 04 de dezembro de 2015, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM – concedeu a autorização geral nº 00384/2015-DL referente processo 1171-05.67/15.0 para que a área do ERG3 fosse utilizada para armazenamento temporário de estruturas metálicas para construção de linha de transmissão, outfits de embarcações e torres de concreto.

Em 16 de dezembro de 2016, o Grupo Ecovix ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

1.2 Partes relacionadas

As receitas da Companhia decorreram substancialmente de receita de aluguel de área para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização para a controladora indireta Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial, da qual possui dependência para a realização da citada operação. A Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial é controlada direta da Nova Participações S.A., que, por sua vez, também controla a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras).

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos.

Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

Os Ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

d) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

e) Provisões

Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

f) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

g) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber partes relacionadas

O saldo de contas a receber de partes relacionadas decorre do Contrato de locação Comercial, destinados à armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária, conforme mencionado na Nota Explicativa 1. Os saldos estão pendentes entre as empresas desde 2015 quando o contrato citado estava em operação.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ecovix Construções Oceânicas S.A (i)	2.706	2.706
	<u>2.706</u>	<u>2.706</u>
Circulante	-	2.706
Não circulante	2.706	-

(i) Companhia do mesmo grupo econômico, cuja controladora final é a Nova Participações S.A.

5.2. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações de conta corrente com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora indireta e empresas ligadas.

Controladora e controladora final

A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. e a controladora indireta final é a Nova Participações S.A

Ativo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RG Estaleiros S.A.	1.421	1.421
	<u>1.421</u>	<u>1.421</u>
Circulante	-	-
Não circulante	1.421	1.421
Passivo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ecovix Construções Oceânicas S.A.	333	333
RG Estaleiro ERG1 S.A.	180	129
	<u>513</u>	<u>462</u>
Circulante	-	-
Não circulante	513	462

6. Propriedade para investimento

Em 6 de maio de 2014, o SDPI aprovou a transferência e emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da empresa RG Estaleiros S.A como beneficiária do incentivo financeiro, mediante a venda dos lotes para a empresa RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021		2020
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
TERRENOS	20	2.116	-	2.116
		2.116	-	2.116

Imobilizado	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/21
TERRENOS	2.116	-	-	2.116
	2.116	-	-	2.116

O valor registrado em 31 de dezembro de 2021 na propriedade para investimento é de R\$2.116 (R\$ 2.116 para 31 dezembro de 2020).

7. Credores da recuperação judicial

Os saldos estão substancialmente representados por saldo a pagar a empresa PS Publicidade (publicação do balanço de 2014) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., ambos habilitados na recuperação judicial na classe III credores quirografários.

Classes	2021
CLASSE III - CREDITORES REC. JUD. - QUIROGRAFARIO	412
	412

8. Parcelamento de Tributos

	2021	2020
Parcelamento de tributos federais (i)	21	-
	21	-

(i) Parcelamento da multa por atraso na entrega na declaração de Imposto de renda pessoa jurídica – ECF.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e integralizado, é de R\$ 757.150,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais), dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$757,15 (um real) cada.

Em 8 de maio de 2017 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) para R\$ 757.150,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais), representando um aumento de R\$ 217.150,00 (duzentos e dezessete mil, cento e cinquenta mil reais), por meio da emissão de 217.150 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela acionista RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial, por meio da capitalização de créditos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

10. Despesas administrativas

	2021	2020
Perdas de créditos	-	(125)
Multas	(30)	-
Despesas com tributos e taxas	(3)	(3)
Custas processuais	(27)	-

Provisão de contingências	35	-
	<u>(25)</u>	<u>(128)</u>

11. Despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas bancárias	(1)	(1)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(2)	(2)
	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>

12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	<u>(28)</u>	<u>(130)</u>
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	30	-
Perdas	-	125
Exclusões		
Provisões não dedutíveis	(35)	-
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	<u>(33)</u>	<u>(5)</u>
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	-	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	<u>(33)</u>	<u>(5)</u>
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	(28)	(130)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	(5)	125
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>(11)</u>	<u>(2)</u>

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

13. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

31/12/2021				
Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	1	-	-	1
Contas a receber de partes relacionadas	-	2.706	-	2.706
Conta corrente entre empresas	-	1.421	-	1.421
	1	4.127	-	4.128
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	513	513
	-	-	513	513
31/12/2020				
Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	1	-	-	1
Contas a receber de partes relacionadas	-	2.706	-	2.706
Conta corrente entre empresas	-	1.421	-	1.421
	1	4.127	-	4.128
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	463	463
Fornecedores	-	-	986	986
	-	-	1.448	1.448

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de partes relacionadas

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes, que são partes relacionadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais

e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

Riscos operacionais

À abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras.

Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

14. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC 041736O 8 RS

Robson Augusto Passos
Diretor